**FATORES DETERMINANTES PARA A MANUTENÇÃO DA OBESIDADE INFANTIL NO BRASIL**

**Eixo: Doenças crônicas na infância**

**Sofia de Paula Peres**

Graduanda em Medicina pela Universidade de Rio Verde

**Ana Laura Freitas Tiago**

Graduanda em Medicina pela Universidade de Rio Verde

**Gabrielle Lima e Silva**

Graduanda em Medicina pela Universidade de Rio Verde

**Sarah Kelly Bueno de Queiroz**

Graduanda em Medicina pela Universidade de Rio Verde

**Sarah Luiza Batista**

Graduanda em Medicina pela Universidade de Rio Verde

**Thalita Albino Borges Sardinha**

Graduanda em Medicina pela Universidade de Rio Verde

**Heloísa Guerra**

Doutora em Saúde Coletiva, Professora Titular da Universidade de Rio Verde

**E-mail do autor:** [**sofiafifa47@gmail.com**](mailto:sofiafifa47@gmail.com)

**RESUMO**

Este trabalho teve como objetivo elaborar uma revisão de literatura abordando os fatores de risco que influenciam na manutenção da obesidade entre as crianças no Brasil. Trata-se de uma revisão narrativa a partir da base de dados SciELO e em documentos do Ministério da Saúde, nos idiomas português e inglês, e que atendessem ao objetivo do estudo. Os resultados demonstraram que a obesidade está intimamente relacionada a fatores tanto intrínsecos (comportamentais e pessoais) quanto extrínsecos (ambientais, sociais, econômicos), relacionados à criação dessas crianças. Sendo assim, um perfil é consolidado dependendo desses determinantes e entender todo seu processo é um desafio no âmbito da saúde nacional.

**Palavras-chave:**“Brasil” ; “Fatores de risco”; “Obesidade infantil”.

**INTRODUÇÃO**

A obesidade na infância é desencadeada por fatores sociais, ambientais e psicológicos como: classe econômica, influência familiar e compulsão  alimentar, respectivamente. O posicionamento estatal quanto a esse problema de saúde pública também afeta a incidência da obesidade infantil e, por isso, o governo brasileiro tem participado de discussões e proposto ações que visam estratégias de combate à obesidade entre crianças, como a publicação dos Guias

Alimentares para a População e para Crianças Menores de Dois Anos(Henriques et al.,2020). A obesidade infantil tem apresentado crescimento significativo e esperado ao longo das últimas quatro  décadas no Brasil.Isso porque hábitos e comportamentos determinantes para o aumento do sobrepeso infantil têm sido observados entre a população brasileira desde o aumento do consumo de produtos industrializados e a inserção da mulher no mercado de trabalho, o que reduziu a interação familiar e o tempo dedicado à alimentação adequada na infância(Lelis et al.,2012). Um estudo analisado, revelou que essa mudança na dinâmica social nas últimas três décadas causou redução do consumo de alimentos básicos e tradicionais na dieta do brasileiro, como o arroz e o feijão(Lopes et al.,2010). Essa nova rotina alimentar, além de ampliar os casos de obesidade, tem disseminado outros problemas como má-nutrição, diabetes e hipertensão em indivíduos jovens(Lelis et al.,2012).Dados de estudos anteriores, mostraram que em 2019, 10% das crianças brasileiras com idade igual ou menor que 5 anos estavam acima do peso ideal e que 3% possuíam algum grau de obesidade(Bortolini et al.,2023).A inatividade física também é destacada como um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de sobrepeso e obesidade em crianças(Bortolini et al.,2023).De acordo com a literatura revisada, para o diagnóstico de obesidade infantil, são utilizados os indicadores antropométricos,considerados um dos melhores parâmetros para avaliação e acompanhamento da saúde da criança. Devem-se também utilizar medidas complementares, como dobras cutânea tricipital e subescapular, e comparar os resultados obtidos com os índices de cada faixa etária(Lopes et al.,2010).Diante deste contexto, este estudo teve como objetivo elaborar uma revisão de literatura abordando os fatores de riscos que influenciam na manutenção da obesidade entre as crianças no Brasil.

**METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão de literatura sobre os fatores determinantes da manutenção da obesidade infantil no Brasil. O levantamento de referências foi realizado por meio da busca de artigos na base de dados SciELO e em documentos do Ministério da Saúde, a fim de responder ao questionamento “Quais fatores podem colaborar para a manutenção da obesidade infantil no Brasil?”. A princípio, buscou-se identificar os fatores que influenciam direta ou indiretamente o problema evidenciado, e então foi feita a pesquisa de estudos em português e inglês, publicados nas últimas duas décadas, encontrados por meio da combinação das palavras-chave: “obesidade infantil” e “fatores predisponentes", integradas pelo operador booleano “AND”, e “Brasil”, por “OR”. Posteriormente, buscou-se respostas para a questão central, usando como parâmetro os estudos que abordassem aspectos relacionados a essa comorbidade durante a infância, e determinados como critérios de exclusão artigos que não abordassem a obesidade nos primeiros anos de vida, que não estavam disponíveis na íntegra, duplicados e aqueles que não respondiam ao objetivo da pesquisa. Dessa forma, foram encontrados 59 artigose, após triagem foram incluídos 8 trabalhos publicados entre 2001 e 2024, resultando na exclusão de 51 estudos.Por fim, por meio dos documentos publicados pelo Ministério da Saúde, selecionaram-se as estatísticas mais significativas e relacionou-as com os trabalhos previamente lidos integral e minuciosamente, a fim de cruzar os dados para responder ao objetivo deste trabalho. Visou identificar quais fatores de risco internos e externos ao indivíduo podem colaborar para o desencadeamento da obesidade em crianças brasileiras, a fim de aprofundar os conhecimentos e contribuir para futuros estudos sobre tal temática.". Por se tratar de um estudo de revisão bibliográfica, não foi necessária a submissão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, no entanto, os autores respeitaram todos os princípios éticos ao tratar dos dados encontrados.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os estudos analisados demonstraram que, apesar de medidas como as do PROTEJA- estratégia do Governo Federal para prevenção da obesidade infantil- estarem sendo tomadas, esta condição continua sendo um grande problema de saúde pública. Esse cenário pode ser explicado pelas transformações ocorridas nas últimas décadas, que influenciam, direta ou indiretamente, no aumento do número de crianças com excesso de peso no Brasil, de forma que 3 em cada 10 crianças de 5 a 9 anos estão acima do peso (Atlas da Obesidade Infantil, 2019) e, até meados de setembro de 2022, mais de 340 mil crianças de 5 a 10 anos de idade foram diagnosticadas com obesidade (Ministério da Saúde, 2022).  Dentre os achados, destaca-se a influência do número de filhos, idade materna ao nascer o primeiro filho (I. Schuch, 2013), o consumo de alimentos ultraprocessados (Costa et al., 2019) - que registrou um aumento de até 400%, incluindo biscoitos, refrigerantes e ingestão excessiva de açúcar e gorduras em geral (Lopes et al.,2010), sedentarismo, o uso das tecnologias no cotidiano (Atlas da Obesidade Infantil, 2019) e a desvalorização das refeições balanceadas (Lopes et al., 2010). Foi constatado, também, que há variações na prevalência da obesidade entre os estados brasileiros. A predominância está presente no Rio Grande do Norte, seguido pelo Ceará, Pernambuco e Sergipe (Atlas da Obesidade Infantil, 2019).

 A revisão de literatura sobre a obesidade infantil no Brasil mostrou uma ampla gama de fatores que determinam o aumento exponencial dessa comorbidade. Um dos fatores, como o aleitamento materno até os 6 meses de vida, por exemplo, apresentou resultados semelhantes entre si, em dois estudos de corte transversal, Lise et al. (2001) e Gillman et al.(2001) relataram menor prevalência de sobrepeso (definido como IMC maior ou igual ao percentil 90) entre as crianças que receberam aleitamento materno, mesmo após controle para variáveis de confusão, como nacionalidade, número de irmãos e classe socioeconômica.Esses autores também relataram um efeito dose-dependente, observando menor risco de sobrepeso nos indivíduos amamentados por, no mínimo, 7 meses, em comparação com aqueles amamentados por 3 meses ou menos.

A porcentagem de indivíduos com excesso de peso no território brasileiro apresenta discrepâncias entre os estados. Esse achado aponta para a existência de fases distintas dentro de um processo de transição nutricional em áreas contíguas no Brasil, determinado por representações diferentes, em cada estado, dos aspectos sociais associados a este desfecho. Considerada como um problema de saúde pública, tanto no Brasil como em outros países, a obesidade traz aos profissionais de saúde, desafios para o entendimento de sua determinação, acompanhamento e apoio à população, nas diferentes fases do curso da vida. Assim, faz-se necessária a capacitação eficiente de profissionais da área da saúde, a fim de reduzir a repercussão dessa doença crônica.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

 A obesidade infantil no Brasil resulta de uma interação complexa entre elementos sociais, econômicos e comportamentais. O sedentarismo, o alto consumo de alimentos ultraprocessados, a influência da tecnologia no cotidiano e a desvalorização das dietas balanceadas são elementos centrais nesse contexto. A exposição prolongada a telas durante as refeições e a redução das atividades físicas agravam o problema, tornando a prevenção e o combate à obesidade infantil um desafio para a saúde pública.Para enfrentar esse problema, é essencial a implementação de políticas públicas focadas em educação nutricional e ao incentivo de hábitos saudáveis desde a infância. A capacitação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de estratégias eficazes para

diminuir o consumo de alimentos ultraprocessados e incentivar a prática de atividades físicas são medidas fundamentais. Apenas com ações integradas e adaptadas às necessidades regionais será possível mitigar os impactos da obesidade infantil e promover melhor qualidade de vida para as futuras gerações.

**REFERÊNCIAS**

BORTOLINI, G. A. et al. Analysis of the elaboration and proposal of a Brazilian intersectoral strategy for the prevention and care of childhood obesity. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 10, e00117722, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Proteja**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/promocao-da-saude/proteja>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atlas da Obesidade Infantil no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/promocao-da-saude/programa-crescer-saudavel/publicacoes/dados_atlas_obesidade.pdf/view>. Acesso em: 04 abr. 2025

COSTA, C. S. et al. Ultra-processed food consumption and its effects on anthropometric and glucose profile: a longitudinal study during childhood. **Nutrition Metabolism and Cardiovascular Diseases**, v. 29, p. 177-184, 2019.

GILLMAN, M. W. et al. Risk of overweight among adolescents who were breastfed as infants. **JAMA**, v. 285, p. 2461-2467, 2001.

HENRIQUES, P. et al. Ideias em disputa sobre as atribuições do Estado na prevenção e controle da obesidade infantil no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 36(11), e00016920. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00016920>. Acesso em: 04 abr.2025

LELIS, C. T. et al. A inserção feminina no mercado de trabalho e suas implicações para os hábitos alimentares da mulher e de sua família. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 523-532, out./dez. 2012.

LIESE, A. D. et al. Inverse association of overweight and breastfeeding in 9 to 10-year-old children in Germany. **International Journal of Obesity and Related Metabolic Disorders**, v. 25, p. 1644-1650, 2001.

LOPES, P. C. S. et al. Fatores de risco associados à obesidade e sobrepeso em crianças em idade escolar. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 1, p. 73-78, 2010.

SCHUCH, I. et al.Excesso de peso em crianças de pré-escolas: prevalência e fatores associados. **Jornal de Pediatria**, v. 89, n. 2, p. 179-188, 2013.